

ATIVISMOS ALIMENTARES E MOVIMENTOS EM TORNO DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC)¹

Rebeca Rose dos Santos Leandro²

 <https://orcid.org/0009-0006-3817-9976>

Fátima Portilho³

 <https://orcid.org/0000-0003-4780-9547>

RESUMO

A pesquisa partiu dos debates sobre ativismo alimentar no Brasil contemporâneo, enfocando, especificamente, os movimentos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC). Tomamos como base teórica a Sociologia da Alimentação, os Estudos dos Sistemas Agroalimentares e os Estudos do Consumo. Através de uma busca na plataforma *Instagram*, foi realizado um mapeamento dos principais atores (pessoas e coletivos) envolvidos com as PANC, analisando seus objetivos, estratégias e formas de atuação, além das práticas defendidas, as críticas acionadas e as controvérsias entre eles, especialmente no que se refere à “convencionalização” e ao uso do acrônimo PANC. Foi analisado, ainda, como estes movimentos lançam mão do consumo político e como se articulam com as contestações ao sistema agroalimentar convencional. Para complementar os dados coletados, foi realizada observação participante em uma vivência de campo e uma entrevista com um ativista. Os dados encontrados nos levaram a caracterizar suas principais formas de atuação (ativismo *stricto sensu*, ativismo empreendedor e ativismo voltado para a divulgação e educação ambiental) e a propor uma tipologia dos movimentos em torno das PANC: os que enfatizam temas estéticos, os que enfatizam temas éticos e os que se opõem ao acrônimo PANC.

Palavras-chave: Sociologia da Alimentação. Ativismo Alimentar. Consumo Político. Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC).

FOOD ACTIVISM AND MOVEMENTS AROUND WILD EDIBLE PLANTS

ABSTRACT

This research proposes an analysis of food activism in contemporary Brazil, focusing specifically on the food movements around Neglected or Underutilised Species (NUS-PANC). Our theoretical basis was Food Sociology, Food Activism and Consumer Studies. Using the search tool on the *Instagram* platform, a mapping of the main actors (individuals and collectives) involved with PANC was carried out, analysing their objectives, practices, discourses and strategies, as well as the debates and controversies between them, especially with regard to “conventionalization” and the use of the PANC acronym. We also analyse how these movements use strategies of political consumerism and how they articulate their propositions with the contestations to the conventional agri-food system. To complement the data collected, participant observation in a field experience and an interview with an activist was carried out. The data led us to characterize the main forms of action (*stricto sensu* activism, entrepreneurial activism and environmental education activism) and to propose a typology

¹ Este artigo baseia-se na Dissertação de Mestrado de Rebeca Rose dos Santos Leandro, defendida em dezembro de 2023 no CPDA/UFRRJ, sob a orientação da Profa. Dra. Fátima Portilho. Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no GT 54 (Sociologia da alimentação e das práticas alimentares) do 48º Encontro Anual da Anpocs, ocorrido em 2024.

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: rebecarose@protonmail.com.

³ Mestre em Psicologia das comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: faportilho@ufrj.br.

of movements around PANC: those that emphasize aesthetic critics, those that emphasize ethical critics and those that oppose themselves to the acronym PANC.

Keywords: Food Sociology; Food Activism; Political Consumerism; Wild Edible Plants; Neglected or Underutilised Species.

ACTIVISMO ALIMENTARIO Y MOVIMIENTOS EN TORNO A PLANTAS ALIMENTARIAS NO CONVENCIONALES

RESUMEN

La investigación se basó en los debates sobre el activismo alimentario en el Brasil contemporáneo, centrándose específicamente en los movimientos en torno a las Plantas Alimenticias No Convencionales (PANC). Tomamos como base teórica la Sociología de la Alimentación, los Estudios de los Sistemas Agroalimentarios y los Estudios del Consumo. A través de una búsqueda en la plataforma *Instagram*, mapeamos los principales actores (personas y colectivos) involucrados con las PANC, analizando sus objetivos, prácticas, discursos y estrategias, así como los debates y controversias entre ellos, especialmente en lo que respecta a la “convencionalización” y el uso del término PANC. También analizamos cómo estos movimientos utilizan el consumo político y cómo se articulan con las contestaciones al sistema agroalimentario convencional. Para complementar los datos recolectados, se realizó observación participante en una experiencia de campo y una entrevista a un activista. Los datos encontrados nos llevaron a caracterizar las principales formas de acción (activismo *stricto sensu*, activismo emprendedor y activismo orientado a la sensibilización y la educación ambiental) y a proponer una primera tipología de movimientos en torno a las PANC: los que enfatizan críticas estéticas, los que enfatizan críticas éticas y los que se oponen al acrónimo PANC.

Palabras clave: Sociología de la alimentación; Activismo alimentario; Consumo político; Plantas alimentarias no convencionales.

INTRODUÇÃO

O fim do século XX e o início do século XXI têm sido marcados por profundas transformações nos sistemas agroalimentares e na alimentação cotidiana. A modernização da agricultura, ocorrida no Brasil a partir de 1970, impulsionou a indústria de alimentos processados e cultivados em larga escala com o uso massivo de agroquímicos, acentuando as mudanças climáticas e diversos problemas ambientais, como a perda da biodiversidade. Por outro lado, a modernização da vida social, a urbanização, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a consequente falta de tempo levou à transferência de parte das tarefas cotidianas de preparação da comida para as indústrias, facilitando o trabalho cotidiano de cozinhar, mas levando a uma possível perda do interesse e das habilidades culinárias. Além disso, os serviços de *delivery*, com a entrega de comidas prontas, vêm se expandindo nos últimos anos. Tudo isso tem sido analisado como um processo de *conveniencialização* da comida e do comer (Halkier, 2016; Schubert, 2023). Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) relacionadas à alimentação têm aumentado, com os custos de tratamento recaindo sobre o setor público. Vale mencionar, finalmente, que os consumidores têm sido percebidos como um dos atores do sistema agroalimentar, fazendo com que a cadeia de produção se torne cada

vez mais “dirigida pela demanda” (Goodman; Dupuis, 2002; Dias Méndez; Gomes e Benito, 2005; Portilho, 2009).

Neste contexto, surge uma série de movimentos sociais e ativismos em torno da alimentação (Tanaka; Portilho, 2019; Portilho, 2020; Motta, 2021; Schubert; Portilho, 2023). Dentre estes, destacamos, como objeto da pesquisa aqui apresentada, os movimentos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais, que ficaram conhecidas pelo acrônimo PANC.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como as PANC se inserem no debate e na agenda de movimentos e ativistas alimentares que buscam politizar a alimentação. Como objetivos específicos, buscamos identificar e mapear os principais atores (pessoas e coletivos) envolvidos com as PANC, analisando seus objetivos, estratégias e formas de atuação, além das práticas defendidas, as críticas acionadas e as controvérsias entre eles, especialmente no que se refere à “convencionalização” e ao uso do termo PANC. Foi analisado, ainda, como estes movimentos lançam mão do consumo político e como se articulam com as contestações ao sistema agroalimentar convencional. Para dar conta destes objetivos, buscamos aportes teóricos na interface entre a Sociologia da Alimentação, os Estudos dos Sistemas Agroalimentares e os Estudos do Consumo.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira, apresentamos uma breve contextualização das PANC, enfatizando sua mediatização e as críticas acionadas. Na segunda seção, apresentamos as estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa de campo e, na terceira seção, discutimos os dados coletados, levantando algumas questões, especialmente sobre o uso do termo PANC, as ambiguidades do processo de convencionalização e as estratégias de consumo político, além de propor uma tipologia destes movimentos e das suas formas de atuação. Finalmente, na última seção, apresentamos algumas considerações finais.

AS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS

O acrônimo PANC foi criado em 2008 a partir de uma parceria entre o biólogo Valdely Kinupp e a nutricionista Irary Arteché para a realização do projeto “PANC: Soberania Alimentar e biodiversidade palpável para assentados do MST/RS”, da Conab em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnuma/Onu).

Em 2014, Valdely Kinupp publicou, em coautoria com o agrônomo Harri Lorenzi, o livro “Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC) no Brasil”, que traz a identificação e a tabela nutricional de 351 espécies de plantas, além de algumas receitas. Os autores estimam que 30 mil espécies vegetais tenham potencial comestível, embora atualmente 90% da nossa alimentação tenha origem em apenas 20 destas espécies. O livro popularizou o termo PANC, definido como

frutos, frutas, folhas, flores, rizomas, sementes e outras estruturas e partes das plantas que podem ser consumidas pelo homem tanto in natura e após algum tipo de preparo culinário.

Portanto, trata-se de “plantas não convencionais”, mas também das “partes e usos não convencionais” de plantas comuns ou convencionais. (Kinupp; Lorenzi, 2014, p.7).

Por não fazerem parte do circuito padrão e convencional de produção, comercialização e consumo do sistema agroalimentar hegemônico, as PANC têm aparecido nas agendas de diversos movimentos e ativistas alimentares, seja nos movimentos sociais agrários e de perfil “clássico”, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), seja em ONGs ambientalistas ou, ainda, nos discursos de nutricionistas, *chefs*, coletivos agroecológicos, cooperativas, redes alimentares alternativas e artistas ativistas. Em todos estes casos, observa-se um processo de politização da produção, da comercialização e do consumo alimentar, que enfatiza as PANC como alternativa para uma alimentação mais saudável, diversa e acessível, aproximando-se, portanto, dos debates ambientais e de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Neste contexto, as PANC vêm sendo crescentemente difundidas e midiaticizadas. Programas de TV, como o *MasterChef* e o *Bela Cozinha*, bem como restaurantes de *chefs* renomados, como Alex Atala e Helena Rizzo, vêm incluindo as PANC em seus cardápios. Em um episódio do *MasterChef* veiculado em 2016, por exemplo, os participantes se surpreendem ao degustar pratos com ingredientes que eles conheciam como “mato” e não como comida: "parece o pé de flor da minha avó"; "sensacional, e é de graça, tá no brejo".

De fato, ainda que haja uma extensa diversidade de alimentos de origem vegetal e animal disponíveis e adequados para a alimentação humana, isto não significa que todos serão reconhecidos como comida pelos diferentes grupos sociais. Para transformar um alimento em comida, precisamos das representações, das práticas, dos saberes e dos utensílios associados ao seu uso, preparo e ingestão. Quem define quais alimentos são percebidos como comida é a cultura; e quem os converte em comida é a cultura (Barbosa, 2009), incluindo as técnicas de cocção, os saberes, os significados e as práticas sociais (Barbosa, 2007; 2009; Menasche; Ribeiro, 2018).

Entretanto, com a difusão das PANC vieram também as críticas a este termo por parte tanto de ativistas quanto de autores acadêmicos. Tais críticos consideram que este termo não reconhece os saberes e práticas de populações que vivem em territórios rurais, periféricos e oriundos da cultura afroindígena e que usam tais plantas de forma cotidiana. Há também críticas relacionadas às reflexões decoloniais e contra coloniais, que promovem outras epistemologias e ontologias. Botelho (2010), por exemplo, mostra que, para além do potencial alimentício de plantas e folhas, alguns grupos as consideram forças vivas e atuantes, com agência sobre os humanos e com capacidade de cura. Este tipo de prática, presente em culturas afrodiáspóricas e indígenas, implica uma indistinção entre humanos e não-humanos e, por isso, o saber das folhas é integrado à vida humana, à alimentação, à saúde e aos rituais.

Desta forma, o que foi caracterizado como plantas alimentícias não convencionais é considerado, por alguns autores, grupos sociais e ativistas, como “plantas da negritude”, “plantas afrodiaspóricas” ou “plantas de quintais”. Estes debates buscam valorizar as plantas e vegetais indígenas e da diáspora negra, cuja cultura é marcada pela conexão entre ancestralidade e meio ambiente, como pontua Deborah Terezinha Conceição no livro "Ogba Mimo – Livro das folhas sagradas" (Conceição, 2019). Ela mostra que, na cultura afrodiaspórica e de terreiro, alimento, ritual e cura não se separam, construindo assim uma relação intrínseca entre religião, medicina, alimento e natureza. Isto pode ser traduzido pela máxima *kosi ewé kosi orisà* (sem folha não tem orixá). Segundo ela, as comunidades de terreiro, que surgem no Brasil no século XIX, possibilitaram a perpetuação das cosmologias afro-brasileiras e dos cultos aos antepassados, sendo um lugar de memória e tradição responsável pela manutenção de saberes e práticas que têm nas folhas sua principal fonte.

Diante do exposto, é possível perceber que as PANC mobilizam temas e debates fundamentais entrelaçados à alimentação contemporânea: saúde, bem-estar animal (por defender a alimentação baseada em plantas), agroecologia, sustentabilidade, biodiversidade, aproveitamento integral dos alimentos, saúde dos agricultores, resgate de culturas alimentares tradicionais e incorporação de ingredientes e receitas não convencionais.

PESQUISA DE CAMPO

Para dar conta das questões e objetivos propostos, foi feito um mapeamento do que convencionamos chamar de “movimentos em torno das PANC”, ou seja, aqueles movimentos e ativistas alimentares (pessoas e coletivos) que têm nas PANC seu principal tema de atuação. O mapeamento foi feito através de buscas na plataforma *Instagram*. Usando a *hashtag* #pancs, obtivemos, em outubro de 2022, 83.485 publicações, feitas por perfis individuais, de instituições, de coletivos e de empreendimentos. Usando a *hashtag* #panc (no singular), obtivemos 199.488 publicações, feitas por perfis semelhantes. Estes resultados tendem a crescer constantemente, na medida em que os perfis vão compartilhando e publicando mais conteúdo a cada dia, semana e mês.

Considerando o grande número de resultados encontrados na busca com as duas *hashtags*, selecionamos os perfis que possuíam maior engajamento, critério estabelecido a partir do número de seguidores e das interações (comentários e curtidas recebidas) nas postagens publicadas. A seleção dos perfis teve, como critério inicial, um mínimo de dez mil seguidores. No entanto, percebemos que a grande maioria dos perfis possuía um quantitativo menor de seguidores e, com o intuito de ter uma abrangência maior, tanto em termos geográficos quanto de escala, decidimos reduzir esse critério para três mil seguidores, chegando a um número total de 23 perfis, que compuseram nossa amostra.

A partir de então, buscamos entender o tipo de perfil (pessoa, grupo, instituição, coletivo etc.) e o tipo de atuação empregado. Para isso, criamos uma planilha⁴ no *Excel* e organizamos os 23 perfis selecionados, extraindo dados como o nome (da pessoa ou coletivo), o número de seguidores, a localização (município e estado) e o *link* do perfil. À medida em que a análise dos perfis se expandia, a planilha foi ganhando novas colunas para abrigar outras categorias descritivas e analíticas que dialogassem com a literatura utilizada e com os objetivos da pesquisa.

Percebemos que, apesar do *Instagram* ser o "carro chefe" da maioria dos perfis, muitos utilizavam também outras plataformas digitais, como o *Youtube*, o *Blogspot* e o *Spotify*. Seguimos os perfis por estas outras plataformas e seu conteúdo foi somado àquele publicado no *Instagram*. Em seguida, categorizamos os tipos de ativismo e as formas de atuação, além das práticas defendidas e propostas pelos ativistas, as estratégias de consumo político (boicote, *buycott*, ações comunicativas e mudanças de estilo de vida) e, ainda, se buscam algum tipo de monetização associado ao ativismo.

Visando compreender melhor algumas questões identificadas no mapeamento e complementar os dados coletados, foi realizada observação participante durante uma vivência de campo intitulada "Cogumelos e PANC", que aconteceu em abril de 2023 em um sítio no sul da Bahia⁵. Aproveitamos a oportunidade para realizar uma entrevista semiestruturada em profundidade com Jorge Forager, um dos ativistas que conduziu a vivência e cujo perfil foi identificado no mapeamento. O roteiro possuía sete perguntas, incluindo questões sobre biodiversidade, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e a ambiguidade do termo PANC, além dos canais e formas de comercialização e acesso a estas plantas e um possível processo de convencionalização das mesmas,

É preciso justificar o fato de ter sido realizada apenas uma entrevista para esta pesquisa. Como explicado anteriormente, optamos por realizar o mapeamento dos movimentos em torno das PANC a partir de dados coletados em perfis de ativistas no *Instagram*, selecionando pessoas e coletivos a partir dos critérios explicados acima. A partir deste mapeamento, destacamos alguns perfis que nos pareceram mais significativos nos debates sobre PANC, de acordo com os critérios explicados acima. Os dados mostraram que a maioria destes perfis é de ativistas reconhecidos como "figuras públicas", ainda que, em alguns casos, se assemelhe a um coletivo ou empreendimento, como é o caso dos perfis *Sítio PANC*, do Valdely Kinupp, *Matos de comer*, do Guilherme Ranieri, e *Favela Orgânica*, da Regina Tchelly. Isso nos fez pensar que, por serem figuras públicas, seus discursos e posições seriam facilmente encontrados, tanto em seus perfis no *Instagram* e em outras plataformas quanto em entrevistas concedidas por eles em jornais, revistas, vídeos, *blogs*, *podcasts* etc. Desta forma, realizar

⁴ Por falta de espaço, optamos por não incluir a planilha neste artigo, mas ela está disponível na dissertação de mestrado "Ativismo alimentar no Brasil: os movimentos em torno das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)", disponível em <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/dissertacoes-mestrado-2023/>. Acesso em novembro de 2024.

⁵ A vivência aconteceu no *Núcleo Agroflorestal Essência da Terra*, um espaço de permacultura e agrofloresta que atua com bioconstrução, biofertilizantes, compostagem, processamento artesanal de alimentos e educação ambiental. <https://www.instagram.com/essenciaagrofloresta/>. Acesso em 16 de julho de 2023.

entrevistas com eles nos pareceu desnecessário, pois possivelmente não seria coletada nenhuma informação adicional àquelas disponíveis nos canais acima mencionados. A entrevista com Jorge Forager foi realizada porque houve uma oportunidade imperdível ao participarmos da vivência com ele, conforme detalhado acima.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após elaborar a planilha com dados sobre os 23 perfis de ativistas e movimentos em torno das PANC selecionados na plataforma *Instagram*, percebemos que mais da metade (69%) estava concentrada na Região Sudeste, sendo sete no estado do Rio de Janeiro (*Panclândia*, *Jorge Forager*, *Organicidade*, *Alimentamente*, *Maravilhas São José*, *Favela Orgânica* e *Fred Orgânicos*), seis em São Paulo (*Elza Queiroz Nutri*, *Neide Rigo*, *Pancs Brasil*, *Mato no Prato* e *Matos de comer*), dois em Minas Gerais (*GreenMe Brasil* e *Coletivo em Folhas*) e um no Espírito Santo (*Elaine de Azevedo*). Dois perfis estavam no Centro Oeste, sendo um no Mato Grosso (*Cruzinha da Rita*) e um em Goiás (*Alcyr Viana*), e três na Região Sul, sendo dois no Rio Grande do Sul (*Irany Arteché* e *Crioula Curadoria*) e um em Santa Catarina (*Clo.zinha*). Apenas um perfil era da Região Norte, mais especificamente do Amazonas (*Sítio PANC*), e um na Bahia, região Nordeste (*Rede PANC Bahia*).

Em relação ao número de seguidores, oito dos 23 perfis (cerca de 35%) possuíam um número menor que 10 mil seguidores e quatro (cerca de 17%) possuíam um número superior a 100 mil seguidores. Cerca de metade dos perfis selecionados estavam dentro de uma faixa entre 10 e 85 mil seguidores.

Quanto ao tempo de atuação desses movimentos e ativistas, 11 perfis, ou seja, quase metade da amostra, têm um tempo de atuação que varia entre 5 e 10 anos (criados, portanto, de 2013 a 2018, um tempo de atividade similar ou um pouco anterior ao ano da publicação do livro “PANC no Brasil”, de Kinupp e Lorenzi, em 2014). Isso aponta a importância deste livro para o desenvolvimento dos ativismos e movimentos aqui pesquisados, mesmo considerando as críticas e controvérsias que surgiram posteriormente ao livro que popularizou as PANC.

Cinco dos perfis selecionados (21,7%) possuem mais de 10 anos de atuação: Jorge Forager, Neide Rigo, Elza Queiroz Nutri, Coletivo Favela Orgânica e Irany Arteché. A atuação destes perfis, portanto, antecede a publicação do livro e a consagração do acrônimo. Quatro perfis (17,4%) possuem de 1 a 5 anos de atuação. Trata-se, portanto, de iniciativas mais recentes em torno do tema PANC. São eles: *Panclândia*, *Horta da Érica*, *Clo.zinha* e *Crioula Curadoria*. Para três dos perfis selecionados (cerca de 13%) não foi possível obter informações precisas acerca do tempo de atuação: *Coletivo em Folhas*, *Fred Orgânicos* e o perfil da Elaine de Azevedo.

A extensa maioria dos perfis (quase 80%), independentemente de ser de pessoas ou de coletivos, possui um espaço de plantio urbano ou rural, onde práticas de cultivo são exercidas e divulgadas por meio de fotos, vídeos e textos publicados em seus perfis.

Ativismo, empreendedorismo ou educação ambiental?

Ao analisar os conteúdos publicados no *Instagram* pelos perfis selecionados, decidimos classificá-los em três categorias quanto à forma de atuação, sendo que cada perfil poderia se encaixar em mais de uma delas.

A primeira categoria foi denominada por nós de *ativismo stricto sensu*, compreendendo aqueles ativistas e movimentos que apresentam discursos engajados, com críticas e contestações ao sistema agroalimentar hegemônico, aos mercados e/ou às indústrias alimentícias, buscando, ainda, divulgar estratégias de mitigação da insegurança alimentar e nutricional e da ameaça à biodiversidade, bem como produzir mudanças sociais, sejam locais, regionais ou globais, tal como o conceito de ativismo alimentar tem sido definido na literatura consultada (). 21 dos perfis selecionados (cerca de 91 %), se enquadram nesta categoria.

A segunda categoria foi denominada de *ativismo voltado para a educação ambiental e divulgação*. Os perfis categorizados desta forma são engajados na divulgação das PANC e na educação ambiental, seja através do debate sociopolítico acerca do sistema agroindustrial e suas implicações ambientais e sociais, seja por meio da botânica e da etnobotânica, com conteúdos que se propõem a ensinar sobre identificação de plantas, coleta, cultivo e preparos culinários. Todos os 23 perfis selecionados se enquadram nesta categoria.

A terceira categoria refere-se ao que denominamos de *ativismo empreendedor*, englobando perfis que envolvem algum tipo de monetização por meio de diferentes tipos de trabalho: consultoria de plantio, paisagismo, identificação e coleta de plantas (como, por exemplo, o perfil *Organicidade* e o do Jorge Forager); oferta de cursos, oficinas, vivências e livros (*Mato no Prato*, Neide Rigo e Irany Arteche), ou produção e comercialização de alimentos, incluindo PANC (*Favela Orgânica*, *Sítio PANC*, *Maravilhas São José* e *Fred Orgânicos*). 15 dos perfis selecionados (65%) se enquadram nesta categoria.

Consumo político – Coletar, plantar, comprar e cozinhar

Partindo do pressuposto de que praticamente a totalidade dos perfis selecionados para esta pesquisa busca divulgar as PANC e seus usos, incentivando seu consumo, seja através da compra, da coleta ou do cultivo, além da necessária culinária que se segue, o consumo político aparece como uma das estratégias centrais desses ativistas e coletivos, o que nos levou a separar este tema para uma análise mais detida.

Seguindo a literatura sobre o tema, subdividimos a categoria "consumo político" em quatro colunas da nossa planilha para dar conta das quatro formas de ação descritas por Boström, Micheletti e Oosterveer (2018): o boicote, o *boycott*, as ações comunicativas e as políticas de estilo de vida. Na categoria boicote, encaixamos os perfis que possuem postagens em que aparecem discursos, ações ou campanhas de boicote a produtos e marcas. Dos 23 perfis selecionados, 52% deles (12) utilizam e propõem boicotes. Cerca de 87% dos perfis lançam mão de ações comunicativas e todos estimulam o *boycott*, ou seja, o consumo de PANC.

Voltamo-nos com mais atenção agora para a quarta forma de consumo político, ou seja, as políticas de estilo de vida. Através da análise do conteúdo dos perfis, da vivência e da entrevista com Jorge Forager, observamos que os movimentos em torno das PANC costumam envolver estímulos às políticas de estilos de vida de maneira explícita ou implícita, constituindo esta como uma estratégia fundamental. Mas a coluna relacionada a esta quarta forma de consumo político precisou ser subdividida em três categorias: plantar, coletar e cozinhar. Todos os 23 perfis selecionados empregam e incentivam tais práticas. Uma das especificidades dos movimentos em torno das PANC parece ser, justamente, o estímulo às práticas de plantar e coletar, além do cozinhar que se segue. Para que essas plantas não convencionais sejam difundidas e utilizadas, faz-se necessário o saber-fazer relacionado à identificação e coleta, ao cultivo e, posteriormente, à sua incorporação na culinária. Muitos dos perfis selecionados divulgam receitas e modos de preparo, além de benefícios das PANC para a saúde, incentivando também o cozinhar (Brancante, 2023).

Vale ressaltar, ademais, que a prática de coletar, entendida no contexto desta pesquisa como a identificação e a coleta de plantas não-convencionais que crescem de maneira espontânea, fora dos cultivos agrícolas, aparece com frequência, embora não tanto quanto as práticas de plantar e cozinhar. A coleta de plantas, segundo os perfis analisados, pode acontecer em jardins, quintais, terrenos baldios, canteiros públicos e frestas de muros e calçadas, seja na zona rural ou urbana. Apesar de mencionarem alguns riscos inerentes à coleta dessas plantas, como a contaminação biológica por fezes ou urina de animais ou química, pela poluição do ar, do solo ou do lençol freático, essa prática é estimulada por muitos desses movimentos como um meio de conquista de autonomia e de reconexão com a natureza, mesmo quando se viva em grandes cidades.

Dos 23 perfis selecionados, apenas cinco (cerca de 21%) não incentivam a coleta. Parte da explicação pode estar no fato de que estes cinco perfis, como o *Maravilhas São José* e o *Fred Orgânicos*, estão engajados na comercialização dos próprios cultivos, seja in natura, seja na forma de produtos processados, como bolos, temperos e doces de compota, o que faz com que a prática da coleta não seja incentivada, e sim a compra de PANC cultivada por eles.

Por outro lado, a vasta maioria dos perfis (cerca de 79%) incentiva, de alguma maneira, a prática de coletar. Essa mobilização em torno da coleta acontece, geralmente, de maneira virtual,

através de vídeos, cursos, oficinas, *lives* e outras formas de compartilhamento digital de conteúdo para identificação das PANC. No perfil *Matos de Comer*, por exemplo, existem postagens regulares sobre como identificar e coletar determinadas PANC que crescem de forma espontânea. Não obstante, essa mobilização também acontece de forma presencial, através de vivências e oficinas envolvendo identificação, coleta e culinária. Este é o caso da vivência promovida pelo Jorge Forager, já mencionada, e da nutricionista Neide Rigo, que conduz vivências em sua casa e na horta comunitária de seu bairro, em São Paulo/SP.

O termo PANC e o dilema da convencionalidade

O termo PANC, bastante popularizado após a publicação, em 2014, do livro de Valdely Kinupp e de Harri Lorenzi, gera curiosidades, além de diversos debates e controvérsias. O etnobotânico Jorge Forager, em entrevista realizada para esta pesquisa, afirma:

Metade de mim ama [o termo PANC], metade de mim pensa... veja bem, essa é uma discussão que vai ficar por muito tempo. Inclusive eu sou muito amigo do Valdely Kinupp, adoro ele, respeito super o conhecimento, a gente tem uma relação de amizade, de trocar informação o tempo inteiro... e ele mesmo explica no livro, ele explica pra mim, quando a gente tá conversando, que era necessário criar isso, uma nomenclatura acadêmica para dar conta desse tema. (Jorge Forager, em entrevista concedida para esta pesquisa em abril de 2023).

Assim como Jorge, muitas pessoas engajadas nos movimentos em torno das PANC acreditam que o termo ajudou a popularizar e a resgatar o consumo destas plantas, mas, ainda assim, as categorias “convencional” e “não convencional” geram ambiguidades, desconfortos e críticas entre os ativistas. Guilherme Ranieri, autor do *Guia de Identificação "Matos de Comer"* (Ranieri, 2017), acredita que o atributo “não convencional” não tem tanto a ver com as pessoas que consomem, mas sim com o nosso saber-fazer em relação a essas plantas. Ranieri também menciona o termo "hortaliças tradicionais", como forma de lembrar que muitas dessas plantas têm seu uso consagrado por populações tradicionais.

Apesar da novidade e do curto tempo de existência do termo PANC, muitos ativistas da nossa amostra destacam experiências do passado com mães e avós, ressaltando o caráter de resgate destas plantas. Em fala no Sesc Jundiaí/SP, Guilherme Ranieri, do perfil *Matos de Comer*, afirma:

É importante frisar, também, que a gente não está trazendo nenhuma novidade, são alimentos que os povos indígenas já consumiam ou ainda consomem, alimentos usados em outras partes do mundo, como, por exemplo, o picão. Fora do Brasil, na China, é uma hortaliça vendida na feira. (Guilherme Ranieri, em fala no canal Sesc Jundiaí do Youtube durante lançamento do livro "Matos de Comer", em 10 de junho de 2021, transcrita por Rebeca Leandro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AL13yIJSR0>. Acesso em 06/07/2023)

Diante das reflexões e publicações dos ativistas selecionados no *Instagram*, assim como dos debates que presenciamos na vivência no sul da Bahia e em eventos *online* com ativistas e pesquisadores, podemos avaliar que o termo PANC, ainda que tenha se popularizado nos últimos

anos, tem sido acompanhado de críticas. Para muitos ativistas, especialmente aqueles ligados à gastronomia afro-diaspórica e a perspectivas contra coloniais, o termo criado por Valdely Kinupp e Irany Arteche peca por não fazer referência aos detentores de saberes e práticas tradicionais de uso de tais plantas.

Observamos que, pouco a pouco, alguns destes ativistas, e até pesquisadores, começaram a adotar outros termos, como, por exemplo, "plantas alimentícias não colonizadas" (que mantém a mesma sigla) ou "plantas da negritude", utilizados, respectivamente, pela nutricionista Bruna Crioula e pela etnobotânica Renata Sirimarco. Em publicação no *Instagram*, Renata afirma que as plantas da negritude são vegetais africanos, americanos ou nativos brasileiros, tradicionalmente utilizados pela população negra, que fazem parte de um repertório ancestral de conhecimento e de saber-fazer e que, por isso, narram sabedorias africanas e afro-diaspóricas presentes nas cozinhas, quintais, roças, favelas, quilombos e terreiros.

Acesso e comercialização das PANC

Para Forager, a comercialização das PANC deveria ser feita por meio de diferentes canais, tanto convencionais quanto alternativos, desde que não se perca de vista o caráter fresco, regional e sazonal de cada PANC. Jorge faz referência ao movimento *Slow Food* como modelo de inspiração e enfatiza o caráter ativista do seu trabalho, destacando a importância de pensar e agir com base na justiça social e ambiental e na viabilidade econômica, independentemente do canal e do tipo de comercialização. Trata-se, para ele, de divulgar essas plantas sem desvinculá-las da sua origem, do seu território, dos seus usos por populações tradicionais e das consequências ambientais e sociais da sua produção e/ou extração, como no caso da juçara, por exemplo. Para ele, podemos consumir o açai juçara “no pote rotulado”, preparado pela indústria e vendido em supermercados, mas é importante que as pessoas também o encontrem fresco e in natura. É importante, ainda, garantir o acesso das populações que o cultivam e o preservam em seus territórios.

Todos os ativistas pesquisados louvam a diversidade no prato e buscam fomentar a existência de tal diversidade também nos supermercados e canais convencionais de comercialização de alimentos. Além disso, enfatizam a ideia de aproveitamento integral dos alimentos, visto que muitas partes não convencionais de vegetais são comumente rejeitadas por consumidores, mercados, feiras e restaurantes. Este é o caso, por exemplo, da rama da cenoura, da casca da banana e de folhas, como as da batata doce, dos brócolis e da beterraba.

Segundo Valdely Kinupp, seu trabalho é o de divulgar essas plantas para

que passem para o público em geral, que poderá colhê-las no seu quintal, sítio, matas ou comprá-las nas feiras, mercados e, preferencialmente, encontrá-las incorporadas aos pratos dos cardápios dos restaurantes, desde os básicos do dia a dia até os restaurantes glamourosos. (Kinupp; Lorenzi, 2014, p. 25)

Em outras palavras, para os ativistas aqui pesquisados é importante que as PANC sejam incorporadas tanto pelos canais de comercialização convencionais quanto pelos canais alternativos, e também que sejam acessíveis tanto para os segmentos populares quanto para os elitizados. Defendem, contudo, que o acesso às PANC não seja exclusivamente pela compra, mas também pela coleta de plantas espontâneas e pelo cultivo local e doméstico. Por isso, o estímulo às práticas de coletar e cultivar está presente em muitos dos discursos e propostas dos movimentos em torno das PANC, como vimos. Ainda que muitos consumidores não tenham habilidades e espaço para cultivar, a coleta em locais públicos é incentivada pelos ativistas, com os devidos cuidados em relação à possibilidade de contaminação.

Observamos tal estímulo às práticas de coletar e cultivar, por exemplo, nos perfis do *Coletivo Organicidade*, da *Favela Orgânica* e do *Matos de Comer*. Podemos inferir, portanto, que a maioria dos movimentos em torno das PANC incentiva o acesso às mesmas por diferentes canais de comercialização, convencionais ou alternativos, e também pelas práticas de coletar e cultivar.

Confluência dos movimentos em torno das PANC e os debates ambientais e de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Valdely Kinupp, um dos criadores e principais difusores do termo PANC, defende o consumo dessas plantas como uma forma de assegurar a segurança alimentar e nutricional da população, e também de garantir a soberania brasileira em relação a seus recursos genéticos vegetais, dada a fitodiversidade disponível em nosso território.

O coletivo *Favela Orgânica* e a nutricionista Irazy Artechê levantam o debate sobre desperdício quando falam de PANC, afirmando que este traz enriquecimento para quem produz e empobrecimento para quem paga. Por isso, defendem que os consumidores devem buscar a autonomia de criar, inovar e experimentar essa diversidade, sem esperar que essas novidades venham da indústria ou da gastronomia. Irazy afirma que é preciso enxergar o alimento onde ele existe e vive, e não só no mercado⁶.

Podemos observar, através da análise das publicações, falas e atuação dos ativistas e movimentos em torno das PANC integrantes da nossa planilha, que o debate sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como o debate ambiental, climático e em defesa da biodiversidade, são quase sempre acionados quando se aborda as PANC.

⁶ Fala durante *live* no canal *Muká Plataforma Agroecológica* do *YouTube*, em 13 de agosto de 2020, transcrita por Rebeca Leandro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=f49Rv1QveUs>. Acesso em 07/07/2023.

Uma tipologia dos movimentos em torno das PANC

A partir dos dados coletados, seja no *Instagram*, seja em *podcasts*, vídeos e *lives*, além da vivência de campo e da entrevista com Jorge Forager, propomos uma tipologia dos movimentos em torno das PANC.

O primeiro tipo pode ser caracterizado por ativistas e movimentos que privilegiam questões estéticas relacionadas ao universo das PANC, ainda que questões éticas também estejam presentes (Barbosa, 2016). Em geral, promovem o consumo de PANC não apenas por razões ambientais e nutricionais, mas principalmente pelo caráter de novidade, iguaria e sabor. Este tipo é composto majoritariamente por gastrônomos (profissionais ou amadores), nutricionistas e horticultores. Seus perfis no *Instagram* são repletos de fotografias que destacam e valorizam pratos bonitos e coloridos, que são, simultaneamente, saborosos e saudáveis, preparados com PANC. Os movimentos deste primeiro tipo, em geral, defendem um processo mais amplo de convencionalização das PANC, ou seja, que a expansão do seu consumo aconteça tanto por vias alternativas quanto convencionais, como a comercialização em supermercados e restaurantes e a produção de produtos processados à base de PANC. Em outras palavras, defendem a convencionalização sem, contudo, perder o caráter da novidade.

O segundo tipo é composto por ativistas e movimentos que parecem mais fortemente vinculados a questões éticas, apesar de também utilizarem estratégias, discursos e práticas que tangem questões estéticas. Em geral, propõem discussões mais aprofundadas em torno de temas como soberania e segurança alimentar e nutricional, desperdício, preservação da biodiversidade, compostagem, agricultura urbana e a monotonia do sistema agroalimentar hegemônico. Tendem a atuar por meio da educação ambiental, propondo práticas coletivas de plantio, coleta e cozinha. Ademais, este tipo costuma se vincular aos movimentos de agroecologia, incorporando muitas das suas pautas, discursos e práticas. Privilegiam o acesso às PANC por meio de circuitos alternativos, como feiras agroecológicas e comunidades que sustentam a agricultura (CSA), a fim de fortalecer os produtores e as cadeias curtas de comercialização, consideradas mais sustentáveis e socialmente justas. Este segundo tipo é composto, principalmente, por educadores ambientais, pesquisadores acadêmicos, paisagistas, ativistas *stricto sensu* e pequenos agricultores.

O terceiro tipo se caracteriza pela postura crítica e/ou oposição direta ao acrônimo PANC. São movimentos frequentemente associados a perspectivas alimentares afrocentradas, carregando em seus discursos e práticas uma preocupação em valorizar os saberes e fazeres tradicionais da cultura afroindígena, resgatando a relação de afeto, memória e herança dessas tradições com a natureza. A crítica ao termo PANC torna-se uma maneira de evidenciar o chamado racismo epistêmico e o apagamento das populações tradicionais, indígenas e periféricas que, em geral, não são vistos como sujeitos da História nem como detentores de saberes legítimos e científicos. Este tipo de movimento

carrega, em seus discursos, uma oposição ao epistemicídio, tal qual definido por Santos e Meneses (2009), que significa a negação ou o apagamento de conhecimentos produzidos fora da academia e dos institutos acadêmicos, especialmente aqueles do chamado Norte Global. Tais movimentos estão fortemente ligados a um ativismo alimentar que mantém relação com as pautas antirracistas e decoloniais e que buscam, nas práticas de plantar, coletar, cozinhar e comer, uma relação de intimidade, resgate, valorização e/ou vínculo ancestral e espiritual com as plantas e com a comida de modo geral. Esta postura implica na valorização de um modo de vida compatível com as cosmologias indígenas e africanas em diáspora. Além do plantio e da coleta, este terceiro tipo defende a comercialização das PANC, com este ou outros nomes, apenas através de canais alternativos, locais, democráticos e acessíveis. Ademais, parece não hierarquizar questões éticas e estéticas, pois frequentemente associam as PANC aos debates da segurança alimentar e nutricional, enfatizando, porém, não apenas a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos disponíveis para essa camada da população, abordando, ainda, temas como merenda escolar, culinária de terreiro e a relação íntima entre comida, cultura, espiritualidade e natureza. Este grupo é composto por diferentes ativistas, dentre eles nutricionistas, pesquisadores acadêmicos e chefs de cozinha, normalmente vinculados ao que tem sido chamado de etnogastronomia, ou seja, uma gastronomia engajada na valorização de culturas alimentares tradicionais e que as reconhece como patrimônio material e imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados coletados, podemos concluir que, ao contrário do que pensávamos inicialmente, existe uma heterogeneidade de ativistas e movimentos em torno das PANC, tanto em termos de tipos de atores envolvidos quanto de formas de atuação, de objetivos e de estratégias propostas. Embora haja interesses em comum e convergências em diversos pontos, estes movimentos possuem diferenças e controvérsias quanto ao próprio termo PANC, quanto às possibilidades de que estas plantas se tornem convencionais e quanto às formas ideais de acessá-las.

A pesquisa aqui descrita está longe de esgotar as questões sobre os ativismos e movimentos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais, caracterizando-se melhor como uma exploração inicial do tema, que merece ser aprofundado em outros trabalhos. Por isso, não nos parece possível apresentar conclusões categóricas sobre estes movimentos, até porque são recentes e estão em plena efervescência, com novas questões sendo levantadas cotidianamente. Esperamos, no entanto, que este trabalho e as questões aqui problematizadas possam contribuir para os estudos sobre os movimentos e ativismos alimentares em geral e, particularmente, para aqueles que se organizam em torno das PANC.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, v. 28, p. 87-116, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/i/2007.v13n28/>.
- BARBOSA, L. Tendências da Alimentação Contemporânea. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K (Orgs.). *Juventude, Consumo e Educação*. Porto Alegre: ESPM, 2009, p. 15-61.
- BARBOSA, L. A ética e estética na Alimentação contemporânea. In: CRUZ, F.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: Desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 95-123.
- BOSTROM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. Introduction – Studying Political Consumerism. In: Bostrom, M.; Micheletti, M.; Oosterveer, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Consumerism*. Oxford, Oxford University Press, 2018, p. 27-45.
- BRANCANTE, O. *Cozinhar é um ato político? O cozinhar doméstico como ativismo alimentar*. Seropédica, 2023. 150fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). CPDA/UFRRJ. Disponível em <https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/dissertacoes-mestrado-2023/>
- CONCEIÇÃO, D. *Ogba Mimo – Livro das folhas sagradas*. Campinas: D7 Editora, 2019.
- GOODMAN, D. & DUPUIS, E. M. Knowing food and growing food: Beyond the production–consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 42, Issue 1, p. 05-22, Janeiro 2002. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00199>
- HALKIER, B. *Normalising convenience food? The expectable and acceptable places of convenient food in everyday life among young Danes*. *Food, Culture & Society*, v. 20, n. 1, p. 133-151, 2016. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15528014.2016.1243768>
- KINUPP, V.; LORENZI, H. *Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC) no Brasil*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014.
- MENASCHE, R.; RIBEIRO, R. *PANC para quem? Um estudo sobre práticas e saberes, envolvendo o consumo de Plantas Alimentícias não Convencionais*. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Brasília, 2018. Disponível em <https://portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA/>
- MOTTA, R. *Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*. Preliminary Research Program. 2021. Disponível em <https://foodforjustice-hcias.de/publications/working-paper-series/page/2/>
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/1193>
- PORTILHO, F. Ativismo Alimentar e Consumo Político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Revista Redes*, v. 25, n. 2, p. 411-432, maio de 2020. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/issue/view/620>
- RANIERI, G. (Org.). *Guia prático sobre PANCs: plantas alimentícias não convencionais*. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

SCHUBERT, M. N.; PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político alimentar – Uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: Schubert, M. N.; Tonin, J.; Schneider, S. (Orgs.). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023, p. 19-45.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

TANAKA, J.; PORTILHO, F. Ambiguidades da politização do consumo: O caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Raízes*, v. 39, n. 2, p. 344-358, jul./dez. 2019. Disponível em <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/issue/view/15>.